



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 831 /2019
(Do Sr. Ivan Valente)

Requer ao Ministro de Estado da Economia sobre os critérios e os impactos dos cortes no questionário para o Censo Demográfico 2020.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, §2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Senhor **Ministro de Estado da Economia PAULO GUEDES**, pedido de informações, sobre os seguintes temas:

- 1) Quais foram os critérios técnicos adotados para redução das questões previstas para o Censo 2020, quando comparado ao Censo anterior? Encaminhar cópia integral dos estudos e pareceres que embasaram a redução do número de questões.
- 2) Quais foram os critérios utilizados para a escolha das questões a serem suprimidas no Censo Demográfico 2020, quando comparado ao Censo anterior? Encaminhar cópia integral dos estudos e pareceres que embasaram a retirada de cada uma das questões.
- 3) Quais os estudos ou pareceres que demonstraram o impacto da redução de questões do Censo 2020, especialmente para as políticas habitacionais, educacionais, de trabalho e emprego, de redução da pobreza e da desigualdade e para a política urbana?
- 4) Quais foram as consultas ou debates públicos efetivados previamente à elaboração do questionário para o Censo Demográfico 2020? Quais foram as conclusões dessas consultas e debates?
- 5) O Comitê do Censo Demográfico aprovou a versão final do Censo 2020, conforme determina a Norma de Serviço 01, de 2018, da Diretoria de Pesquisas?



- 6) Qual foi a participação do Ministério da Economia no processo de elaboração do questionário do Censo Demográfico 2020? Quais foram os pareceres, estudos e manifestações eventualmente produzidos por esta pasta.
- 7) Encaminhar cópia integral do processo de elaboração que culminou com o questionário final do Censo 2020.

JUSTIFICATIVA

Conforme amplamente divulgado, no dia 01 de julho de 2019, o Censo 2020 deve deixar de coletar informações sobre posse de bens, rede de ensino cursada pela população, fontes de rendimento que não sejam do trabalho, entre outras informações.

Segundo o Sindicato Nacional dos Servidores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o novo questionário para o Censo Demográfico 2020 foi finalizado sem debate com a sociedade e os diversos agentes públicos e sociais interessados nessa discussão.

Ainda segundo o órgão de classe, o IBGE contrariou portaria internas e procedimentos técnicos na elaboração do questionário do Censo 2020. Além disso, o questionário final não teria sido apreciado pelo corpo técnico responsável pela discussão do tema.

Por fim, a entidade aponta o risco de um *Apagão Estatístico na caracterização demográfica, social e econômica da sociedade brasileira, sobretudo em momento em que há evidências de reaparecimento da fome, insegurança alimentar, trabalho infantil, população em situação de rua, desemprego de longa duração e tantas outras mazelas sociais.*

Diante da gravidade do tema e do risco que a retirada de questões no Censo 2020 representa para elaboração de políticas públicas nas áreas habitacionais, educacionais, de trabalho e emprego, de redução da pobreza e da desigualdade e também para a política urbana, é imprescindível que a sociedade tenha conhecimento dos estudos e pareceres técnicos utilizados para a retirada de questões tão relevantes para a nossa sociedade.

Também é importante saber qual a participação do Ministério da Economia na decisão que levou à redução das questões do Censo 2020 e quais foram os fundamentos técnicos que levaram a essa interferência.

Sala das Sessões, 04 de julho de 2019.





IVAN VALENTE
DEPUTADO FEDERAL PSOL/SP

